



**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**  
**SEMPLAFIN**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**  
**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 24/2026**  
(Processo Administrativo Nº 1158/2026)

**1. PREÂMBULO**

1.1. Torna-se público que a **Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste-RO**, por meio do Núcleo de Licitação, instituída pelo Decreto Municipal nº 16/2024, sediada na Avenida Paulo de Assis Ribeiro nº 4132, CEP 76.993-000, realizará **Dispensa Eletrônica**, com critério de julgamento **Menor Valor Global do Lote**, na hipótese do **art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, nos termos do **Decreto Municipal nº 27/2024** e demais legislação aplicável, e ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Aviso.

**1.2. SESSÃO PÚBLICA**

**Início de cadastro na plataforma, após publicações.**

DATA FINAL DO PRAZO PARA CADASTRO DA PROPOSTA: 10/06/2026 até 07H59Min.

DATA PARA LANCES: **11/06/2026** DAS 08H AS 14H (Horário de Brasília).

DATA E HORA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS: **12/06/2026** às 09h de Brasília.

A disputa se dará exclusivamente na Plataforma **LICITANET Licitações Eletrônicas** ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).

**1.3. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.3.1. O objeto da presente dispensa de licitação é para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA DE TRÁFEGO PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, PROJETO FUNCIONAL DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA E PROJETO BÁSICO DE GEOMETRIA DO CRUZAMENTO ENTRE A BR-435 (AVENIDA MARECHAL RONDON) E A AVENIDA SOLIMÕES, VISANDO À IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA SEMAFÓRICO, NO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE/RO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Aviso de Contratação Direta.

1.3.2. A contratação será feita conforme Termo de Referência disponibilizado.

1.3.3. O fornecedor deve enviar proposta completa com todos os itens que o compõem.

1.3.4. Informações complementares e indispensáveis no anexo I Termo de referência.

**2. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

2.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, exclusivamente por meio do LICITANET ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)), com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

2.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

2.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

2.3.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**3. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

3.1. O critério de julgamento adotado será o **Menor Valor Global do Lote**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

**3.2 A proposta deverá apresentar valor unitário e valor total do lote, observando-se a linearidade do desconto aplicado aos itens que compõem o lote.**

**3.3 O desconto ofertado para o lote deverá refletir proporcionalmente nos valores unitários dos itens, vedada a apresentação de preços inexecutáveis ou desproporcionais entre os itens.**

3.4. Encerrada a fase de lances, posteriormente convocar-se-á a empresa com o lance classificado em primeiro lugar para apresentação da sua proposta de preços detalhada e adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhado, se necessário, dos documentos complementares à confirmação daqueles exigidos no Termo de referência (anexo I), no prazo de até **2 (horas)**, contado a partir da convocação.

3.4.1. Será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto ao Termo de Referência e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.

3.5. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas, desde que não ultrapasse o valor estimado para a Dispensa Eletrônica.

3.5.1. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

3.5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado no sistema do LICITANET.

3.6. Toda a negociação e apresentação de documentos exigidos serão realizadas exclusivamente pelo sistema do LICITANET.

3.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

3.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas definidas no Termo de Referência, anexo deste Aviso;
- c) apresentar preços inexecutáveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso, desde que insanável; e
- f) não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto.

3.7. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

3.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

3.9. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no Chat a nova data e horário para a sua continuidade.

3.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta, e seus anexos.

#### **4. DISPOSIÇÕES GERAIS**

4.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

- a) republicar o presente Aviso com uma nova data;
- b) valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas; e
- c) fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

4.1.1. No caso da alínea b do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

4.2. As providências das alíneas a e b do subitem 4.1 deste Aviso poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

4.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste neste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente de contratação da Administração contado a partir na respectiva notificação.

4.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.5. Todas as demais condições da presente contratação direta (Execução do Objeto, Pagamento, Penalidades, Assinatura do Contrato, entre outras) encontram-se no Termo de Referência, Anexo deste Aviso de Contratação Direta.

#### **5. ANEXOS**

I) Termo de Referência;

- II) Modelo de proposta;
- III) Minuta de contrato;

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE-RO  
Processo Administrativo nº 1158/2026  
(Dispensa Eletrônica nº 24/2026)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1 O presente Termo de Referência foi elaborado à luz da lei **14.133/21**, como peça integrante e indissociável de um procedimento legal pertinente, para que seja formalizada a Licitação na Modalidade: **Dispensa Eletrônica** para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA DE TRÁFEGO PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, PROJETO FUNCIONAL DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA E PROJETO BÁSICO DE GEOMETRIA DO CRUZAMENTO ENTRE A BR-435 (AVENIDA MARECHAL RONDON) E A AVENIDA SOLIMÕES, VISANDO À IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA SEMAFÓRICO, NO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE/RO**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.2 TABELA DE ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:**

Lote 1	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lançes
1	PESQUISA DE CONTAGEM VEICULAR CLASSIFICADA: LEVANTAMENTO VOLUMÉTRICO PRESENCIAL NOS CRUZAMENTOS DA AV. MARECHAL RONDON COM: AV. SOLIMÕES, AV. RIO MADEIRA E AV. AMAZONAS. REALIZAÇÃO POR 12 DIAS CONSECUTIVOS (SEGUNDA A SÁBADO) EM <b>PERÍODO DE SAFRA AGRÍCOLA</b> . COLETA NOS HORÁRIOS 6:00 AS 20:00 HORAS. CLASSIFICAÇÃO POR TIPO (BICICLETA, CARROS, MOTOS, CAMINHÕES E ÔNIBUS) E MOVIMENTO. ENTREGA DE RELATÓRIO COM CROQUI DO LOCAL, GRÁFICO DE PERFIL HORÁRIO (PCU/HORA) E TABULAÇÃO EM ARQUIVOS .XLS E PDF.	1	SRV	15.950,00	15.950,00	

Lote 1	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Interv. De Lançes
2	PROJETO FUNCIONAL DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA: ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS GRÁFICAS PARA FLUIDEZ E SEGURANÇA, DEFININDO MACRODIRETRIZES TÉCNICAS. DEVE CONTER MAPEAMENTO DA ÁREA, CLASSIFICAÇÃO VIÁRIA OPERACIONAL, IDENTIFICAÇÃO DE POLOS GERADORES DE TRÁFEGO, TRAVESSIAS DE PEDESTRES E INDICAÇÃO DE POLÍTICAS DE ESTACIONAMENTO E SINALIZAÇÃO. ENTREGA EM FORMATO EDITÁVEL (.DWG) E .PDF.	1	SRV	8.750,00	8.750,00	10,00
3	ANÁLISE DE CAPACIDADE E NÍVEIS DE SERVIÇO: AVALIAÇÃO TÉCNICA BASEADA NA METODOLOGIA DO HCM 2010 (HIGHWAY CAPACITY MANUAL). PROJEÇÃO DE CENÁRIOS FUTUROS COM CRITÉRIOS DE CRESCIMENTO DE FROTA E USUÁRIOS. FORNECIMENTO DE SUBSÍDIOS PARA TOMADA DE DECISÃO SOBRE INTERVENÇÕES DE TRÂNSITO (VEDADO O USO DO PARÂMETRO ICU).	1	SRV	8.800,00	8.800,00	
4	PROJETO BÁSICO DE REDEFINIÇÃO DE GEOMETRIA: DEFINIÇÃO DE PARÂMETROS GEOMÉTRICOS (VISIBILIDADE, RAIOS DE CURVATURA, SOBRE LARGURA E VELOCIDADE DE PROJETO) PARA ASSEGURAR A IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE. ELABORAÇÃO DE PLANTA DETALHADA EM ESCALA 1:500. ENTREGA EM PRANCHA A1, FORMATOS .DWG E .PDF. DA MESMA FORMA.	1	SRV	19.450,00	19.450,00	

**Valor: R\$ 52.950,00**

1.3 Os valores estimados da contratação foram apurados com fundamento em pesquisas de preços realizadas junto a prestadores de serviços do ramo pertinente ao objeto contratado, identificados pelos IDS nº 584024 e 584026, conforme documentos anexados aos autos, conforme documentos anexos.

**1.4 O objeto caracteriza-se como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, enquadrado como serviço especial de engenharia, nos termos dos arts. 6º, XVIII e XXI, b, da Lei nº 14.133/2021, em razão da necessidade de desenvolvimento de soluções técnicas individualizadas, estudos especializados e elaboração de projetos de engenharia de tráfego e geometria viária, conforme justificativa constante no DFD - Documentação de Formalização de Despesa.**

1.5 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 29/2024, por se tratar de serviço técnico especializado de engenharia destinado ao atendimento de necessidade pública relacionada à mobilidade e à circulação viária, não possuindo características de ostentação, exclusividade ou caráter supérfluo.

## 2. DA VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência do instrumento contratual/empenho será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante justificativa e interesse da Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.2 O contrato estabelecerá de forma detalhada as regras aplicáveis à vigência da contratação e às eventuais prorrogações.

## 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A presente justificativa refere-se à necessidade de avaliação da viabilidade técnica da implantação de sistema semafórico no cruzamento entre a Avenida Marechal Rondon (BR-435) e a Avenida Solimões, no município de Colorado do Oeste, mediante a contratação de empresa especializada em engenharia de tráfego para elaboração de projeto funcional de circulação viária e projeto básico de geometria do referido entroncamento.

O município de Colorado do Oeste configura-se como a principal cidade localizada fora do eixo da BR-364 na região do Cone Sul do Estado de Rondônia, exercendo função estratégica como polo de distribuição viária e ponto de passagem obrigatório para os municípios de Pimenteiras do Oeste, Cerejeiras, Cabixi e Corumbiara, todos caracterizados por expressiva produção agrícola, especialmente de grãos. Essa condição estratégica resulta em intenso fluxo de veículos de carga pesada, notadamente carretas e Combinações Veiculares de Carga (CVCs), sobretudo durante os períodos de safra agrícola, o que provoca aumento significativo do volume de tráfego urbano, ampliação dos tempos de manobra, redução da fluidez viária e agravamento dos conflitos entre veículos e pedestres no perímetro urbano.

A malha urbana do município encontra-se estruturada em quatro setores principais, delimitados pelas Avenidas Paulo de Assis Ribeiro, no eixo horizontal, e Marechal Rondon, no eixo vertical. A Avenida Marechal Rondon integra o traçado urbano da BR-435, rodovia federal que atravessa a área central do município e desempenha papel fundamental na mobilidade urbana e regional. Ao longo de sua extensão urbana, a BR-435 caracteriza-se como o principal corredor comercial da cidade, concentrando elevado número de estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e intensa circulação de pedestres, além de significativo fluxo veicular local e regional.

Em praticamente toda a sua extensão urbana, a via apresenta seção transversal em pista dupla, com exceção do trecho compreendido entre o cruzamento com a Avenida Solimões e a saída em direção ao município de Cerejeiras, onde ocorre redução da capacidade viária em razão da alteração da geometria da pista. A Avenida Solimões, por sua vez, passa a operar em pista dupla a partir desse mesmo cruzamento.

No cruzamento entre a BR-435 (Avenida Marechal Rondon) e a Avenida Solimões, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes DNIT implantou restrições operacionais de circulação, proibindo a conversão de veículos para a Avenida Solimões no sentido Bairro Cruzeiro. Em decorrência dessas intervenções, os veículos que trafegam pela BR-435 ficam impedidos de realizar retorno no local em direção ao município de Vilhena, bem como de acessar diretamente a Avenida Solimões, sendo permitido apenas o prosseguimento no sentido de saída para o município de Cerejeiras.

Como consequência dessas restrições operacionais, os condutores passaram a utilizar o cruzamento da Avenida Rio Madeira como ponto alternativo para realização de retornos e acessos, ocasionando sobrecarga de tráfego naquele segmento e aumento expressivo de movimentos conflitantes. Ressalta-se que tais manobras ocorrem em trecho sinalizado com linha longitudinal contínua, caracterizando conversões irregulares em desacordo com o Código de Trânsito Brasileiro CTB e comprometendo significativamente as condições de segurança viária.

Diante desse contexto, a contratação visa subsidiar a Administração Pública Municipal com dados técnicos, levantamentos de campo, análises operacionais, simulações de tráfego e diagnósticos especializados, permitindo a adequada avaliação dos impactos da intervenção proposta sobre a mobilidade urbana, a fluidez do tráfego, a capacidade operacional da via e as condições de segurança viária, especialmente na região central do município. Busca-se, ainda, identificar a solução de engenharia mais adequada para o disciplinamento da circulação no local, considerando o elevado fluxo de veículos leves e pesados, os conflitos de conversão e retorno atualmente existentes, a intensa circulação de pedestres e a relevância da BR-435 como principal eixo viário urbano e regional, de modo a fundamentar tecnicamente a tomada de decisão quanto à implantação ou não do sistema semafórico no referido cruzamento.

#### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1 A solução busca fundamentar a viabilidade de implantação de um sistema semafórico, garantindo que a intervenção promova o ordenamento do fluxo, a segurança dos usuários (pedestres e condutores) e a eficiência operacional em ponto de conflito crítico entre o tráfego rodoviário de passagem e a malha urbana local.

4.2 O ciclo de vida do objeto compreende desde a mobilização da contratada até a entrega final e aprovação dos produtos técnicos. Estes servirão como diretriz técnica para a futura execução das obras de sinalização e adequação geométrica pelo Município.

4.3 Os projetos gerados possuem caráter de **ativo técnico permanente**. Devido à precisão dos levantamentos e diagnósticos, os produtos permanecerão como instrumentos de planejamento estratégico, permitindo atualizações dinâmicas conforme a evolução do volume de tráfego (VMD) ou futuras expansões do perímetro urbano, garantindo a longevidade e a economicidade do investimento público.

4.4 A contratação fundamenta-se na necessidade de **embasamento técnico-científico** para a tomada de decisão da Administração Pública. A natureza do cruzamento que envolve uma rodovia federal (BR-435) sob jurisdição

técnica do DNIT e uma via urbana municipal exige que qualquer alteração geométrica ou semafórica siga rigorosamente os critérios de segurança viária e os manuais vigentes (CONTRAN e DNIT).

4.5 A solução proposta visa mitigar o índice de sinistros, reduzir pontos de conflito e otimizar a fluidez no entroncamento, assegurando que a futura implantação semafórica seja justificada por estudos de demanda e engenharia, evitando gastos desnecessários com soluções tecnicamente ineficazes.

## **5.1 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1.1 Para a execução do objeto, a contratada deverá observar rigorosamente as normas técnicas da ABNT, as resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e os manuais de sinalização e engenharia do DNIT.

5.1.2. A empresa deverá disponibilizar equipe técnica qualificada, composta por profissionais com registro ativo no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), com atribuições específicas para elaboração de projetos de engenharia de tráfego.

5.1.3. Os estudos e levantamentos de campo deverão ser realizados em períodos que representem o fluxo real da via, garantindo a fidedignidade dos dados para a elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica (EVT).

5.1.4. Todos os produtos entregues (Projetos Funcional e Básico) deverão estar acompanhados das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) de autoria, devidamente quitadas.

5.1.5. As soluções propostas devem considerar a integração técnica com a infraestrutura existente na BR-435 e nas vias adjacentes, priorizando a segurança viária e a fluidez do tráfego local e regional.

## **5.2 REQUISITOS TÉCNICOS DA CONTRATAÇÃO**

### **5.2.1 Estudo de Viabilidade Técnica**

a) Deverá contemplar levantamentos de campo, contagens volumétricas de tráfego, análise de capacidade viária, identificação de conflitos de circulação, avaliação das condições de segurança viária e simulações operacionais de cenários com e sem a implantação de sistema semafórico, com apresentação de conclusões técnicas fundamentadas.

### **5.2.2 Projeto Funcional de Circulação Viária**

a) Deverá apresentar a organização dos fluxos veiculares e de pedestres no cruzamento, incluindo diretrizes operacionais de circulação, fases semafóricas (quando aplicável), acessos, retornos, pontos de conflito e medidas de disciplinamento do tráfego, com foco na melhoria da fluidez e da segurança viária.

### **5.2.3 Projeto Básico de Geometria Viária**

a) Deverá contemplar o dimensionamento geométrico do cruzamento, incluindo larguras de pista, raios de giro, faixas de retenção, áreas de segurança, compatibilização com a infraestrutura existente da BR-435 e da Avenida Solimões, além de diretrizes de sinalização horizontal e vertical.

## **5.3 NORMAS E DIRETRIZES APLICÁVEIS**

A execução dos serviços deverá observar, quando aplicável:

Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relacionadas à sinalização e engenharia de tráfego;

Diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN);

Manuais técnicos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), no que couber;

Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e demais legislações correlatas.

## **5.4 REQUISITOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO**

A contratada deverá assegurar que os serviços técnicos entregues atendam aos seguintes requisitos:

Fundamentação técnica consistente e metodologia adequada de engenharia de tráfego;

Compatibilidade com as condições reais do sistema viário urbano do município;

Precisão e confiabilidade dos dados coletados e das simulações realizadas;

Aplicabilidade prática para tomada de decisão administrativa;

Conformidade com normas técnicas e boas práticas de engenharia.

## **5.5 RESULTADO ESPERADO DA CONTRATAÇÃO**

Subsidiar tecnicamente a decisão quanto à implantação de sistema semafórico no cruzamento da BR-435 com a Avenida Solimões;

Melhorar a segurança viária de condutores e pedestres;

Aumentar a fluidez do tráfego e reduzir conflitos de circulação;

Apoiar o planejamento viário municipal com base em dados técnicos confiáveis;

Garantir solução de engenharia adequada às condições reais de tráfego e demanda urbana.

## **5.6 Sustentabilidade:**

5.6.1 No caso desta contratação, os critérios de sustentabilidade devem ser interpretados sob a ótica da **prestação de serviços técnicos de engenharia de tráfego**, considerando impactos ambientais indiretos, eficiência operacional e redução de desperdícios, conforme segue:

#### **5.6.2 Critérios de Sustentabilidade Aplicáveis**

Além dos critérios eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observadas, quando couber, as diretrizes de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do MPOG, especialmente quanto à eficiência no uso de recursos e redução de impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços.

##### **5.6.2.1 Eficiência e redução de impactos ambientais**

Priorizar o uso de meios digitais para elaboração e entrega dos produtos técnicos (relatórios, plantas e estudos), reduzindo o consumo de papel e insumos físicos;

Evitar deslocamentos desnecessários, priorizando ferramentas de coleta e análise de dados que minimizem emissões de gases poluentes;

Utilizar softwares de simulação e modelagem de tráfego que permitam análise eficiente sem necessidade de intervenções físicas extensivas.

##### **5.6.2.2 Gestão sustentável de recursos materiais**

Quando houver necessidade de impressão de documentos, priorizar papel reciclado e impressão frente e verso;

Adotar práticas de redução de resíduos durante levantamentos de campo e atividades técnicas;

Utilizar equipamentos e instrumentos de medição com eficiência energética e baixo impacto ambiental.

##### **5.6.2.3 Eficiência energética e tecnológica**

Incentivar o uso de equipamentos e softwares com menor consumo energético;

Priorizar soluções tecnológicas que reduzam retrabalho e duplicidade de levantamentos, otimizando recursos públicos.

##### **5.6.2.4 Conformidade ambiental e boas práticas**

A contratada deverá observar a legislação ambiental vigente aplicável às atividades de campo;

Promover a destinação adequada de eventuais resíduos gerados durante levantamentos técnicos;

Sempre que possível, adotar práticas alinhadas à sustentabilidade urbana e mobilidade eficiente.

#### **5.7 Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

5.7.1 Na presente contratação a Administração Pública Municipal entende não ser necessária a indicação de marca(s), característica(s) ou modelo(s), específicos.

#### **5.8 Da vedação de contratação de marca ou produto:**

5.8.1 Na presente contratação a Administração Pública Municipal entende não ser necessária a vedação qualquer tipo de marca(s), característica(s) ou modelo(s), específicos.

#### **5.9 Da exigência de amostra:**

5.9.1 Não será exigida a apresentação de amostras, uma vez que o objeto da contratação se refere à **prestação de serviços técnicos especializados de engenharia de tráfego**, não envolvendo fornecimento de bens materiais.

5.9.2 A análise das propostas será realizada com base na verificação da **qualificação técnica da empresa**, da **metodologia proposta para execução dos serviços**, do **acervo técnico apresentado** e da **aderência às exigências estabelecidas no Termo de Referência**.

5.9.3 A avaliação técnica será conduzida por servidor ou comissão técnica designada pela Administração Municipal de Colorado do Oeste, podendo contar com apoio de profissional habilitado na área de engenharia de tráfego, quando necessário, para análise da conformidade das metodologias apresentadas.

5.9.4 Os licitantes deverão disponibilizar todas as informações necessárias à avaliação técnica, incluindo:

descrição detalhada da metodologia de execução dos serviços;

comprovação de experiência anterior (acervo técnico compatível);

equipe técnica responsável pela execução;

softwares e ferramentas de análise e simulação a serem utilizados, quando aplicável.

5.9.5 Quando solicitado pela Administração, poderão ser realizados esclarecimentos técnicos adicionais, reuniões ou apresentações da metodologia proposta, com o objetivo de garantir a adequada compreensão da solução ofertada, sem que isso caracterize apresentação de amostras.

#### **5.10 Da exigência de carta de solidariedade:**

5.10.1 Na presente contratação, mesmo em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, a Administração Pública Municipal, entende não ser necessária a exigência da carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

### **5.11 Subcontratação:**

5.11.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **5.12 Garantia da contratação:**

5.12.1 Fica a empresa contratada dispensada da apresentação de garantia contratual, conforme previsto no art. 96 da lei Federal 14.133/2021.

### **5.13 Vistoria.**

5.13.1 Poderá ser realizada vistoria prévia do local de execução dos serviços/instalações para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07:00 horas às 13:00 horas.

5.13.2 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.13.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.13.4 Caso a vistoria não seja agendada e realizada, o licitante aceitará, de forma tácita, as condições e peculiaridades inerentes à contratação, não sendo admitidas posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes

5.13.5 Caso a empresa participante queira realizar a vistoria ao local, o licitante deverá agendar junto a Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, através do e - mail [semaf@coloradodoeste.ro.gov.br](mailto:semaf@coloradodoeste.ro.gov.br) ou fone: (69) 9-9370 - 6013.

**5.13.6 As empresas participantes deverão apresentar uma declaração formal, sob as penas cabíveis, de que possui pleno conhecimento das condições da execução dos serviços/instalações, bem como dispõe de pessoal especializado, máquinas e equipamentos, os quais deverão estar disponíveis nas quantidades e qualidades mínimas necessárias ao cumprimento do objetivo.**

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1 Condições de Execução e Entrega dos Produtos Técnicos**

#### **6.1.1 Prazo de Execução dos Serviços**

6.1.1.1 O prazo de execução dos serviços será de **até 60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser ajustado conforme a complexidade das atividades, mediante justificativa técnica devidamente aprovada pela Administração.

6.1.1.2 O prazo de execução global desta contratação compreende a realização de todas as etapas necessárias para a entrega definitiva dos serviços, conforme detalhado no item 1.2 deste Termo de Referência

#### **6.1.2 Local de Entrega dos Produtos Técnicos**

6.1.2.1 Os produtos técnicos (relatórios, estudos e projetos) deverão ser entregues à Administração Municipal, podendo ser protocolados no seguinte endereço:

Av. Paulo de Assis Ribeiro nº 4132, no horário das 7h às 13h, de segunda a sexta-feira.

6.1.2.2 A entrega também poderá ocorrer por meio eletrônico oficial, quando disponibilizado pela Administração.

#### **6.1.3 Forma de Entrega e Comunicação**

6.1.3.1 Os serviços serão entregues na forma de produtos técnicos, compreendendo relatórios, memoriais descritivos, plantas, mapas, simulações e demais documentos técnicos previstos no Termo de Referência.

6.1.3.2 Por se tratar de processo eletrônico, o fornecedor poderá realizar credenciamento junto ao sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste ou junto ao setor de protocolo da Prefeitura Municipal, pelo telefone (69) 3341-3421, para acompanhamento do processo, recebimento de comunicações e assinatura eletrônica de documentos.

6.1.3.3 As comunicações oficiais, ordens de serviço e demais notificações poderão ser realizadas por meio eletrônico, sendo consideradas válidas a partir do envio ao endereço eletrônico informado pela contratada, quando previsto no instrumento contratual.

6.1.3.4 A Administração poderá optar, conforme conveniência, pela utilização de múltiplos meios de comunicação (eletrônico, físico ou oficial), visando maior eficiência e segurança na execução contratual.

#### **6.1.4 Aceite e Conferência dos Serviços**

6.1.4.1 A conferência e o aceite dos produtos técnicos serão realizados por servidor ou comissão técnica designada pela Administração, podendo contar com apoio de profissional habilitado na área de engenharia de tráfego.

6.1.4.2 Os serviços serão considerados aceitos após verificação da conformidade dos produtos entregues com as exigências do Termo de Referência, incluindo qualidade técnica, consistência metodológica e aplicabilidade dos resultados.

6.1.4.3 A contratada deverá realizar eventuais ajustes ou complementações técnicas solicitadas pela Administração, sem ônus adicional, quando identificadas inconformidades ou necessidade de adequação dos produtos entregues.

### 6.1.5 Condições Gerais de Execução

6.1.5.1 A contratada deverá garantir a qualidade técnica dos serviços, observando as normas da ABNT, diretrizes do CONTRAN e manuais técnicos do DNIT, quando aplicáveis.

6.1.5.2 Os produtos técnicos deverão ser entregues em formato físico e/ou digital, conforme definido pela Administração, devidamente organizados, legíveis e estruturados para utilização imediata.

6.1.5.3 Deverá constar na documentação entregue a identificação do contrato, o número do processo administrativo e demais informações necessárias para controle e rastreabilidade dos serviços executados.

## 6.2 ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

6.2.1 A seguir são apresentados os produtos que compõem o objeto desta licitação, assim como a descrição técnica de cada item:

6.2.2 Pesquisa de contagem volumétrica a ser realizada durante 12 (doze) dias consecutivos, de segunda a sábado, no período de safra agrícola, compreendendo o horário das 6h00 às 20h00.

6.2.3 As contagens volumétricas deverão ser classificadas por tipo de veículo (bicicletas, carros, motocicletas, caminhões e ônibus) e por movimento, devendo ser realizado o detalhamento específico dos fluxos nos trechos analisados ao longo de todo o período de contagem, contemplando os seguintes cruzamentos:

a) Av. Marechal Rondon com Av. Solimões;

b) Av. Marechal Rondon com Av. Rio Madeira;

c) Av. Marechal Rondon com Av. Amazonas.

6.2.4 Estes projetos **deverão** ser desenvolvidos **em meio digital**, devendo ser apresentados em formato editável (.dwg) e **para** impressão (.pdf).

6.2.5 O produto 'Relatório de Pesquisa de Contagem Veicular Classificada' a ser entregue deverá ser **enviado** em arquivo editável (.xls) e para impressão (.pdf), contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) Croqui do local, com indicação gráfica de cada um dos movimentos e representação do posicionamento **dos pesquisadores/equipamentos**;

b) Gráfico do perfil horário em veículos equivalentes indexado por hora (PCU/hora) total e por aproximação.

c) Tabulação dos dados **detalhando** cada tipo de veículo para cada movimento

6.2.6 O dimensionamento dos trabalhos inclusos na Ordem de Serviço, se caracterizam e são medidos como sendo por ponto de pesquisa (interseção ou seção da via). Considera-se uma interseção aquela com até quatro aproximações em que os movimentos possíveis sejam, para cada uma delas, no máximo, os seguintes: em frente, à direita, à esquerda e retorno.

### 6.2.6 PROJETO FUNCIONAL DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA

6.2.6.1 Os estudos de circulação para análise de fluidez de tráfego e pontos de conflito são representados na forma de projeto funcional de circulação viária que tem como objetivo a proposição de soluções ou amenização dos problemas de tráfego e são apresentados de forma gráfica simplificada e esclarecedora nas quais deverão ser definidas as principais macro diretrizes técnicas para o futuro desenvolvimento dos projetos básicos ou executivos, contendo as diversas propostas de engenharia avaliadas durante o desenvolvimento do estudo relacionadas às alternativas de circulação e capacidade viária, proposições ou reconfigurações de geometria viária, reconfiguração do balizamento da sinalização horizontal/vertical, implantação de semáforos, indicação de política de estacionamento, entre outras.

6.2.6.2 Os projetos funcionais deverão permitir que todos os profissionais envolvidos no estudo ou na tomada de decisão consigam compreender, sugerir e definir a solução a ser adotada sobre as propostas para que possam posteriormente desenvolver detalhadamente os projetos. O projeto funcional deverá conter, no mínimo:

mapeamento da área envolvida no estudo, extraído sem necessidade de levantamento topográfico no local;

mapeamento da circulação viária contendo: a classificação viária operacional das vias com elevado fluxo veicular, principais travessias de pedestres, capacidade viária, política de estacionamento, polo gerador de tráfego, interferências físicas como rodovias, leitos d'água e outras;

recomendação de pesquisas que deverão ser realizadas: definição dos pontos de contagem, definição das rotas com pesquisa de velocidade e retardamento.

### 6.2.7 Análise de Capacidade e Níveis de Serviço

6.2.7.1 A avaliação de capacidade de uma via e/ou de um cruzamento em um determinado período é feita a partir de conceitos de nível de serviço e volume de tráfego.

6.2.7.2 A metodologia a ser empregada é aquela já consagrada em engenharia de tráfego e dentro dos procedimentos do HCM 2010 (High Capacity Manual), mundialmente utilizados. Para este escopo não será aceito o parâmetro conhecido como ICU (Intersection Capacity Utility).

6.2.7.3 A análise de capacidade e níveis de serviço será precedida de contagens veiculares, especificadas em tópico próprio neste Termo de Referência e, na elaboração de cenários futuros, deverá estar pormenorizadamente descrito no trabalho feito pela contratada os critérios de crescimento de frota e de usuários utilizados.

6.2.7.4 Esse estudo tem por principal propósito fornecer subsídios técnicos para auxiliar na tomada de decisão quanto às intervenções necessárias dentro das áreas de trânsito.

### **6.3 Garantia:**

6.3.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **7.6 Fiscalização:**

7.6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021, sendo designada como Fiscal de Contrato a Sra. **ROSELI CONCEIÇÃO FELICIANO**, Assessora de Gestão de Contratos, podendo ser substituída por servidor formalmente designado, sendo permitido o apoio técnico de terceiros para subsidiá-la no desempenho de suas atribuições, sem prejuízo de sua responsabilidade pela fiscalização contratual.

#### **7.6.1.1 Fiscalização Técnica:**

7.6.1.1.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.6.1.1.2 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

7.6.1.1.3 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.6.1.1.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.6.1.1.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.6.1.1.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **7.6.1.2 Fiscalização Administrativa:**

7.6.1.2.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.6.1.2.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

#### **7.7 Gestor do Contrato:**

7.7.1 Fica designado como gestor do contrato o Sr. **JEAN LOPES REIS**, ocupante do cargo de Assessor Especial de Administração, Planejamento e Finança, responsável pela coordenação, acompanhamento e gestão da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo contar com substituto formalmente indicado e com apoio técnico de terceiros para subsidiar o desempenho de suas atribuições, sem prejuízo de sua responsabilidade pela gestão contratual.

7.7.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.7.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.7.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.7.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.7.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.7.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **8. CONTRATAÇÃO DE MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

8.1. Nos termos do art. 48, I da Lei Complementar n.º 123/2006, os itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 81.000,00 (oitenta um mil reais) serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

8.2. Nos itens de contratação acima de R\$ 81.000,00 (oitenta um mil reais), conforme o art. 48, III, da mesma Lei, a Administração deverá estabelecer, em certames para aquisições de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas.

8.3 Visando o não desabastecimento desta Instituição, todos os itens presentes nesse edital serão destinados para ampla concorrência.

### **9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **9.1 Recebimento:**

9.1.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.1.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **2 (dois) dias úteis**.

9.1.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **9.2 Liquidação:**

9.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o **prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação**, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.3 As Notas Fiscais correspondentes à execução do contrato deverão ser emitidas discriminando o que segue:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) número do contrato ou nota de empenho;
- d) dados do órgão contratante;
- e) informações bancárias da Contratada, que permitam realizar o pagamento;
- f) o período respectivo de execução do contrato;
- g) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- g) outras informações correlatas, exigidas pelo setor administrativo competente, se for o caso.

9.2.4 Para fins de liquidação das despesas e verificação da manutenção das mesmas condições de Habilitação por parte da Contratada, o Órgão responsável pela contratação, deverá encaminhar ao Setor responsável pela liquidação os documentos conforme segue:

### **I. Nota Fiscal, contendo:**

- a) carimbo de atesto e assinatura do Conferente e do Fiscal do Contrato ou outro instrumento utilizado;
- b) todas as exigências contidas no subitem 9.2.3, deste termo.

### **II Certidões de regularidade:**

- a) certidão Negativa de Débito com a União/INSS;
- b) certidão Negativa de Débito Estadual, da sede da contratada;
- c) certidão Negativa de Débito Municipal, da sede da contratada;
- d) certidão Negativa de Débito Trabalhista, emitida pelo TST;
- e) certidão de Regularidade com o FGTS.

III Laudo, conforme modelo sugerido pela Administração Municipal; e

IV Autorização de Compra (ou AF), quando for o caso;

9.2.5 Se a contratada, eventualmente, apresentar certidão de regularidade fiscal e trabalhista com pendência de débitos, sem prejuízo do recebimento por aquilo que já havia sido regularmente executado, será notificada para que, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.7 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.8 As parcelas efetivamente executadas do objeto, terão seus pagamentos realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao órgão fiscalizador.

9.2.9 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

9.2.10 Caso se faça necessária a retificação de nota fiscal por culpa da Contratada, o prazo para pagamento terá sua contagem suspensa até a data de reapresentação da nota fiscal corrigida ao órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

### **9.3 Prazo de pagamento:**

9.3.1 O pagamento será efetuado no **prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa**, conforme seção anterior.

9.3.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.3.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.3.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.3.6 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.3.7 Os pagamentos serão realizados por transferência online em conta corrente, preferencialmente nas Agências do Banco do Brasil. Para outras Agências estão sujeitas à cobrança de taxas (TED ou DOC), este valor será descontado do fornecedor contratado;

**9.3.8 Conforme Decreto Municipal nº 284 de 29 de agosto de 2023 ([https://transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/detalhe\\_documento.php?id\\_publicacao=18509&nomeaplicacao=publicacao](https://transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/detalhe_documento.php?id_publicacao=18509&nomeaplicacao=publicacao)). Este decreto regulamenta a retenção de Imposto de Renda na fonte, conforme Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012. A retenção do Imposto de Renda será feita na fonte, ou seja, o Município de Colorado do Oeste já irá reter o Imposto de Renda ao efetuar pagamentos de produtos e serviços adquiridos a partir do dia 1º de setembro de 2023. Para tanto, o fornecedor do produto/serviço emissor da nota deverá discriminar no campo adequado da Nota Fiscal a alíquota correta para o desconto.**

9.3.9 As notas fiscais devem ser emitidas para a Razão Social especificada nas Informações para o Fornecedor das Ordens de Fornecimento/Empenho, constando número do empenho, item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

9.3.10 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas do edital de credenciamento no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

### **9.4 Antecipação de pagamento:**

9.4.1 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

### **9.5 Cessão de crédito:**

9.5.1 A presente contratação não permite a cessão de crédito.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **10.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:**

10.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, fundamento no art. 75º da Lei nº 14.133/2021, Inciso II, Decreto Municipal nº 027/2024. Com adoção do critério de julgamento pelo **Menor Valor Global do Lote**.

### **10.2 Forma de fornecimento:**

10.2.1 A execução dos serviços desta contratação dar-se-á de forma parcelada, mediante a conclusão e aprovação de cada **etapa de serviço** pela fiscalização.

#### **10.2.2 Critério de Habilitação Documentação Exigida**

10.2.2.1 Para que o objeto da contratação seja efetivado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 14.133/2021.

10.2.3 Sendo assim, os documentos exigidos serão:

### **10.3 Habilitação jurídica:**

10.3.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.3.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.3.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.3.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.3.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **10.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

10.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal.

10.4.3 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

10.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

10.4.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.6 Prova de regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.4.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **10.5. Qualificação Econômico-Financeira**

10.5.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

10.5.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.5.3 Considerando o disposto no item 10.5 do edital, que trata da exigência de demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais e dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), informamos que:

a) Em razão do **baixo valor estimado da contratação**, entende-se que a exigência do Balanço Patrimonial e dos respectivos índices contábeis não se mostra proporcional, razoável nem compatível com o risco da contratação pretendida, nos termos do **art. 11, inciso I**, e do **art. 5º**, da **Lei nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

b) A exigência de demonstrações contábeis é importante em contratações de maior vulto, em que o risco econômico-financeiro da execução contratual é elevado. Contudo, para contratos de baixo valor, a exigência

excessiva de documentos contábeis pode representar um **ônus desnecessário à competitividade**, especialmente para microempresas e empresas de pequeno porte, **sem agregar segurança proporcional ao objeto contratado**.

c) Assim, **justifica - se a retirada da exigência das demonstrações contábeis e dos índices de LG, LC e SG do edital**, com fundamento nos princípios da **proporcionalidade, economicidade, isonomia e eficiência**, aplicáveis aos procedimentos licitatórios, garantindo ampla participação e eliminando barreiras desnecessárias à habilitação.

#### **10.6. Qualificação Técnica:**

**10.6.1. Capacidade Técnico-Operacional:** Apresentar 01 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a licitante executou serviços de características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, contemplando obrigatoriamente:

a) Execução de estudos de viabilidade técnica para implantação de sistemas semafóricos;

b) Elaboração de projetos básicos de geometria viária e sinalização.

**10.6.2. Registro Profissional:** Apresentar Certidão de Registro e Quitação da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s) perante o **CREA** (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou **CAU** (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade.

**10.6.3. Qualificação do Quadro Técnico:** Comprovar que a licitante possui em seu quadro permanente, na data de abertura da licitação, profissional(is) de nível superior (Engenheiro Civil ou Arquiteto) com especialização ou experiência comprovada em **Engenharia de Tráfego**. A comprovação do vínculo profissional poderá ser feita mediante:

a) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) ou ficha de registro de empregado;

b) Contrato social (caso seja sócio);

c) Contrato de prestação de serviços técnicos, nos termos da jurisprudência do TCU.

**10.6.4. Capacidade Técnico-Profissional:** Apresentar Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do(s) profissional(is) indicado(s) no item anterior, devidamente acompanhado(s) da respectiva **CAT (Certidão de Acervo Técnico)** emitida pelo conselho profissional competente, comprovando a execução de:

a) Contagem volumétrica e classificada de tráfego em, no mínimo, 03 (três) pontos de pesquisa;

b) Elaboração de projetos de sinalização viária urbana ou projetos de geometria de interseções em, no mínimo, 03 (três) pontos.

10.6.5. Todas as informações prestadas estarão sujeitas à verificação de autenticidade por meio de diligências realizadas pela Pregoeira ou equipe de apoio, em qualquer fase do certame, conforme o Art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

10.6.6. As certidões deverão estar válidas na data da solicitação dos documentos de habilitação, ressalvados os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

#### **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 52.950,00 (cinquenta e dois mil novecentos e cinquenta reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

#### **12. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

12.1 Serão reajustados os preços, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para reajuste, conforme o IPCA.

12.2 Será admitido o reequilíbrio econômico-financeiro, de acordo com o inciso II, art. 124 da lei 14.133/2021, para restabelecer a relação inicialmente pactuada objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do objeto ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, devendo ser requerido e comprovado pela CONTRATADA.

#### **13. DO REAJUSTE**

13.1 O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 124 da Lei 14.133/2021 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

#### **14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1 Os recursos para pagamento das despesas do presente processo estão devidamente assegurados, conforme as rubricas orçamentárias abaixo.

14.2 - A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**Unidade Gestora:** Prefeitura Municipal de Colorado do Oeste - RO

**Unidade Orçamentária:** 020202 Gabinete do Prefeito

**Atividade:** 1005 Implantação e Modernização da Sinalização Horizontal e Vertical nas Vias Urbanas

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica

**Fonte de Recurso:** Próprio

## **15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- d) Multa por Descumprimento Contratual (Compensatória): multa compensatória, arbitrada em valor compatível e proporcional aos possíveis danos causados à administração;
- e) Multa por Atraso: a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de até 30 dias, a contar da comunicação oficial. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- f) A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.4 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

15.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo nela constante.

15.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.9 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

15.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

15.11 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

15.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

## 16. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

16 .1 A presente contratação não consta no Plano Anual de Contratações (PAC) vigente, em razão de superveniência de demanda administrativa, contudo encontra-se alinhada ao Plano Plurianual (PPA) 2026/2029 e será suportada por dotação da Lei Orçamentária Anual (LOA), estando sua execução condicionada à disponibilidade orçamentária.

16.2. Anexo externo deste Termo de Referência segue o Dfd - Documento de Formalização de Demanda e o Estudo de Viabilidade Técnica.

## 17. DA ANÁLISE DE RISCO:

17.1 Para os fins dos presentes autos, com base no aspecto discricionário conferido à Administração pelo art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133 de 2021, entende-se que a menos complexidade do objeto enseja a prescindibilidade de Análise de Risco e Estudo Técnico Preliminar. **Sendo confeccionado apenas o Temo de Referência.**

17.2 Ainda assim, consigne-se que as informações necessárias e suficientes ao pleito, capazes de maximizar o interesse público, provendo a devida segurança transacional, encontram-se nos artefatos documentais que compõem a instrução processual.

## 18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Está vinculado a este Termo de Referência às Leis nº 14.133/2021, Decreto Municipal bem como as demais legislações vigentes.

18.2 Fica ressaltada a possibilidade de alteração das condições avençadas em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

18.3. Fica eleito o foro da Comarca de Colorado-RO como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas do Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

18.4 A elaboração deste Termo de Referência fundamentou-se nos dados constantes no DFD (Documento de Formalização de Demanda), anexos aos autos do processo.

## ANEXO II

### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS).

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE RO

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 24/2026**

LICITANTE\_CNPJ:\_\_\_ TEL. FAX:\_\_\_ E-MAIL:\_\_\_ ENDEREÇO:\_\_\_\_\_

C. CORRENTE:\_\_\_AG.:\_\_\_ BANCO: \_\_\_\_\_

Item	Quant.	Und	Descrição do objeto	Marca	Valor unitário	Valor Total
VALOR TOTAL EM R\$						

Prazo de validade da Proposta:\_\_\_ (\_\_\_) dias (mínimo 60 dias)

Outras informações:

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local,\_\_\_\_\_de\_\_\_\_\_ 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal

**ANEXO III**  
**MODELO DE MINUTA DE CONTRATO**  
**Dispensa Eletrônica Nº 24/2026**

CONTRATO, que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4.132, inscrita no CNPJ n.º 04.391.512/0001-87, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Colorado do Oeste, RO, a seguir denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, e de outro a empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, no Município de \_\_\_\_/\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, a seguir denominado simplesmente **CONTRATADO**, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, Identidade RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_os quais têm certo e ajustado o presente Contrato, o qual reger-se-á pelas cláusulas e condições a seguir descritas, com inteira submissão à Lei Federal nº 14.133/21.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E AMPARO LEGAL**

I. Constitui objeto: **Dispensa Eletrônica para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA DE TRÁFEGO PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, PROJETO FUNCIONAL DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA E PROJETO BÁSICO DE GEOMETRIA DO CRUZAMENTO ENTRE A BR-435 (AVENIDA MARECHAL RONDON) E A AVENIDA SOLIMÕES, VISANDO À IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA SEMAFÓRICO, NO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE/RO**, em conformidade com as especificações e descrições do Termo de Referência-Anexo I e modelo proposta de preços - Anexo II do edital amparado legalmente por nota de empenho.

**CLÁUSULA SEGUNDA PRAZO E LOCAL DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**

I. O prazo de execução dos serviços será de **até 60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser ajustado conforme a complexidade das atividades, mediante justificativa técnica devidamente aprovada pela Administração.

II. O prazo de execução global desta contratação compreende a realização de todas as etapas necessárias para a entrega definitiva dos serviços, conforme detalhado no item 1.2 deste Termo de Referência.

**III. Local de Entrega dos Produtos Técnicos**

IV Os produtos técnicos (relatórios, estudos e projetos) deverão ser entregues à Administração Municipal, podendo ser protocolados no seguinte endereço:

Av. Paulo de Assis Ribeiro nº 4132, no horário das 7h às 13h, de segunda a sexta-feira.

- V. A entrega também poderá ocorrer por meio eletrônico oficial, quando disponibilizado pela Administração.
- VI. Estes projetos **deverão** ser desenvolvidos **em meio digital**, devendo ser apresentados em formato editável (.dwg) e **para** impressão (.pdf).
- VII O produto 'Relatório de Pesquisa de Contagem Veicular Classificada' a ser entregue deverá ser **enviado** em arquivo editável (.xls) e para impressão (.pdf), contendo, no mínimo, as seguintes informações:
- VII.1 Croqui do local, com indicação gráfica de cada um dos movimentos e representação do posicionamento **dos pesquisadores/equipamentos**;
- VII.2 Gráfico do perfil horário em veículos equivalentes indexado por hora (PCU/hora) total e por aproximação.
- VII.3 Tabulação dos dados **detalhando** cada tipo de veículo para cada movimento

### **CLÁUSULA TERCEIRA - LOCAIS A SEREM ATENDIDOS**

Conforme item 6.2.3 do termo de referência anexo I.

### **CLÁUSULA QUARTA - MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

- I. Os pagamentos serão mensais, realizado no **prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa**, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa **SEGES/ME 77/2022**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, observadas as retenções correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais, seguindo a ordem de cronologia de pagamentos da Administração, conforme Lei 14.133/2021.
- II. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- III. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.
- IV. Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta nos registros cadastrais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- V. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
- VI. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

### **CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- I. Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento, como estabelece a lei.
- II. Responsabilizar-se integralmente pelo objeto contratado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme espeque na lei.
- III. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive aos decorrentes de serviços ou aquisições com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo;
- IV. Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da Proposta Vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;
- V. Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos, quanto materiais, causados por seus empregados ou representantes, à PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE/RO e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto licitado;
- VI. Arcar com todas as despesas relativas à prestação dos serviços, inclusive, as relativas ao seu transporte.
- VII. Observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados.
- VIII. Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme a lei 14.133/2021.
- IX. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço.
- X. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da realização dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- XI. Tratar os dados pessoais envolvidos necessários à execução do presente instrumento, exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam, bem como a toda a legislação aplicável sobre segurança da

informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018.).

XII. Cumprir as orientações do órgão fiscalizador e/ou do executor do Contrato;

XIII. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital;

#### **CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

I. Acompanhar, fiscalizar, conferir, avaliar a execução do fornecimento e as obrigações da CONTRATADA, rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura a efetiva entrega do objeto contratado e o seu aceite, através de servidor designado pela Autoridade competente.

II. Emitir Autorizações de Fornecedor, contendo especificações, quantidades, a data e o nome do servidor responsável;

III. Disponibilizar um servidor para conferir a entrega dos objetos; não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a CONTRATADA;

IV. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

V. Permitir o acesso de fornecimento da CONTRATADA, aos locais de entrega, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio e das pessoas.

VI. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

VII. Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA.

VIII. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

IX. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

X. Cumprir com as demais obrigações constantes do Edital e Termo de Referência.

XI. Rejeitar no todo ou em parte, os objetos que a CONTRATADA entregar fora das especificações constantes do Termo de Referência.

XII. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

XIII. Tratar os dados pessoais envolvidos necessários à execução do presente instrumento, exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam, bem como a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n. 13.709/2018.).

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO/EXECUÇÃO CONTRATUAL**

I. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo designada como Fiscal de Contrato a Sra. **ROSELI CONCEIÇÃO FELICIANO**, Assessora de Gestão de Contratos, podendo ser substituída por servidor formalmente designado, sendo permitido o apoio técnico de terceiros para subsidiá-la no desempenho de suas atribuições, sem prejuízo de sua responsabilidade pela fiscalização contratual.

II. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

III. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

IV. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

V. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

VI. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

VII. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

- VIII. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).
- IX. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- X. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- XI. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- XII. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das sanções cabíveis e que ultrapasse sua competência.
- XIII. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021.
- XIV. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- XV. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- XVI. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- XVII. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).
- XVIII. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação fiscal empresa:
- XIX. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais estaduais, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

#### **CLÁUSULA OITAVA - GESTÃO DO CONTRATO**

- I. Fica designado como gestor do contrato, **JEAN LOPES REIS** - Assessor Especial de Administração, Planejamento e Finanças.
- II. Os referidos assessores ficarão responsáveis pela coordenação, acompanhamento e gestão da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo contar com substituto formalmente indicado e com apoio técnico de terceiros para subsidiar o desempenho de suas atribuições, sem prejuízo de sua responsabilidade pela gestão contratual.
- III. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- IV. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- V. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- VI. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.
- VII. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

#### **CLÁUSULA NONA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

I. Ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais, a empresa que:

- a) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

II. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às sanções no Art. 156, da Lei nº 14.133/21, podendo a CONTRATANTE, a extensão da falta ensejada, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a ADMINISTRAÇÃO pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

III. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, observados os seguintes percentuais:

- a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor estimado do contrato limitado a 10% (dez por cento) por dia de atraso, no caso de retardamento da execução contratual;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos;
- c) Aplicar-se-á no caso de inexecução total ou parcial, o percentual de 10% (dez por cento), sobre o valor total do objeto contratado;

IV. As demais sanções poderão ser aplicadas junto à multa, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO.**

I. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas sem expressa concordância da Contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE**

I. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 124 da Lei 14.133/2021 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

I. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, porquanto o objeto da presente contratação não gera obrigações posteriores para a contratada, bem como a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS TRIBUTOS E DEMAIS ENCARGOS:**

I. Os tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do Contrato, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada;

II. Conforme Decreto Municipal nº 284 de 29 de agosto de 2023 ([https://transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/detalhe\\_documento.php?id\\_publicacao=18509&nomeaplicacao=publicacao](https://transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/detalhe_documento.php?id_publicacao=18509&nomeaplicacao=publicacao)). Este decreto regulamenta a retenção de Imposto de Renda na fonte, conforme Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012. A retenção do Imposto de Renda será feita na fonte, ou seja, o Município de Colorado do Oeste já irá reter o Imposto de Renda ao efetuar pagamentos de produtos e serviços adquiridos a partir do dia 1º de setembro de 2023. Para tanto, o fornecedor do produto/serviço emissor da nota deverá discriminar no campo adequado da Nota Fiscal a alíquota correta para o desconto.

III. As empresas optantes pelo Simples Nacional não terão retenção na fonte, conforme disposições legais. Para tanto, a empresa deverá comprovar sua situação junto ao Simples Nacional periodicamente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

- I. Está vinculado a este Termo de Referência às Leis nº 14.133/2021, Decretos Municipais, bem como as demais legislações de vigência.
- II. Fica ressaltada a possibilidade de alteração das condições avençadas em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
- III. Fica eleito o foro da Comarca de Colorado-RO como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas do Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.
- IV. A elaboração deste Termo de Referência fundamentou-se nos dados constantes no DFD - Documento de Formalização de Demanda, anexo aos autos do processo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

- I. A publicação do presente Contrato será providenciada até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DO FORO

- I. O Foro para solucionar os litígios decorrentes do presente Contrato é o da Comarca de Colorado do Oeste/RO, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

\_\_\_\_\_  
ASSESSORIA JURÍDICA  
TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
NOME  
CPF:

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - CEP 76.993-000

Fone 069- 3341-3421

E-mail [semaf@coloradodoeste.ro.gov.br](mailto:semaf@coloradodoeste.ro.gov.br)/ Site [www.coloradodoeste.ro.gov.br](http://www.coloradodoeste.ro.gov.br)

**COLORADO DO OESTE - RO**



Documento assinado eletronicamente por **Isaque Almeida Chaves, Assessor Tec. de Gestão do Planejamento**, em 01/06/2026 às 09:49, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 095 de 29/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br](http://transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br), informando o ID **587943** e o código verificador **ACA9AA0C**.

Referência: [Processo nº 1-1158/2026](#).

Docto ID: 587943 v1